

Objetificação do corpo feminino e violência de gênero: atravessamentos na subjetividade feminina entre gênero, raça e psicanálise

Maria Vitoria Camargo Domingues, Gabriella Proença de Souza, Fábio Sagula de Oliveira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender os atravessamentos da objetificação do corpo feminino e da violência de gênero na constituição da subjetividade feminina, à luz da psicanálise freudiana e kleiniana, considerando as articulações entre gênero, raça e classe, com atenção às experiências de mulheres negras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão narrativa, de caráter teórico-bibliográfico, fundamentada em obras psicanalíticas e produções científicas relacionadas à feminilidade, objetificação, violência de gênero, raça e subjetividade. A análise evidencia que a objetificação do corpo feminino constitui um fenômeno histórico, social e cultural sustentado por estruturas patriarcais e por dispositivos que reduzem a mulher à condição de objeto de desejo, controle e dominação. Observa-se, ainda, que esses processos não se manifestam de forma homogênea, sendo atravessados por marcadores de raça, classe e sexualidade, especialmente no caso das mulheres negras, cujos corpos foram historicamente submetidos à desumanização e à hipersexualização. A partir das contribuições de Freud e Klein, compreende-se que tais experiências podem produzir repercussões significativas na subjetividade, mobilizando sentimentos de culpa, desvalorização, submissão e mecanismos defensivos, além de favorecer a repetição de vínculos violentos. Ressalta-se, por fim, a importância de uma escuta psicanalítica ética e sensível, capaz de reconhecer a violência como experiência real e socialmente

estruturada, sem reduzi-la a fenômenos exclusivamente intrapsíquicos, favorecendo processos de elaboração, integração e resgate da autonomia subjetiva.

Palavras-chave: *Objetificação do corpo feminino; Violência de gênero; Raça; Feminilidade; Subjetividade feminina; Psicanálise.*

ABSTRACT

This study aims to understand the ways in which the objectification of the female body and gender-based violence affect the constitution of female subjectivity, from the perspective of Freudian and Kleinian psychoanalysis, considering the intersections between gender, race, and class, with particular attention to the experiences of Black women. This is a qualitative study conducted through a narrative review of a theoretical and bibliographic nature, based on psychoanalytic works and scientific literature related to femininity, objectification, gender-based violence, race, and subjectivity. The analysis indicates that the objectification of the female body constitutes a historical, social, and cultural phenomenon sustained by patriarchal structures and mechanisms that reduce women to the position of objects of desire, control, and domination. It is also observed that these processes do not affect all women in the same way, as they are shaped by markers of race, class, and sexuality, particularly in the case of Black women, whose bodies have historically been subjected to dehumanization and hypersexualization. Based on the contributions of Freud and Klein, these experiences may have significant repercussions on subjectivity, mobilizing feelings of guilt, devaluation, and submission, as well as defensive mechanisms, and may contribute to the repetition of violent relationships. Finally, the study emphasizes the importance of ethical and sensitive psychoanalytic listening capable of recognizing violence as a real and socially structured experience, without reducing it to exclusively intrapsychic phenomena, thereby fostering processes of elaboration, integration, and the recovery of subjective autonomy.

Keywords*: Female body objectification; Gender-based violence; Race; Femininity; Female subjectivity; Psychoanalysis.*

INTRODUÇÃO

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2026), em 2025, aproximadamente 1.568 mulheres foram vítimas de feminicídio no território brasileiro, com crescimento de 4,7% em relação a 2024. A partir da análise de 5.729 casos de feminicídios, com registros oficiais, ocorridos entre os

anos de 2021 e 2024, os dados apontam que 62,6% das vítimas de feminicídio eram mulheres negras, enquanto 36,8% eram brancas, o que não deve ser compreendido como uma violência de gênero isolada das estruturas sociais, mas como um fenômeno atravessado por desigualdades raciais e de gênero (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026). O 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública também apresenta dados alarmantes sobre a violência sexual. Em 2024, foram registrados 87.545 casos de estupro e estupro de vulnerável no país. Desse total, 88% das vítimas eram do sexo feminino e aproximadamente 65% dos crimes ocorreram no ambiente doméstico, evidenciando que a violência sexual frequentemente se desenvolve em espaços de convivência e proximidade entre vítimas e autores (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Diante desse cenário, em que mulheres são violadas e assassinadas apenas por serem mulheres, é crucial pensar sobre a construção do corpo feminino, não como um fenômeno biológico, mas como um objeto de controle patriarcal construído social, histórica e culturalmente. Tal construção é atravessada por narrativas que reduzem a mulher a expectativas sociais, padrões de beleza e imposição de papéis relacionados a um ideal de "feminilidade" (Carvalho & Ornellas, 2025).

Ao pensar o corpo como um território depositário de expectativas sociais que ditam "o que é ser mulher", pode-se estabelecer um diálogo com Beauvoir (1967, p. 9), que afirma que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". De acordo com a autora, "tornar-se mulher" faz parte de um processo civilizatório e educacional atravessado por repressão e passividade.

A objetificação feminina consiste na redução de seu corpo a objeto, desconsiderando suas dimensões subjetivas. Trata-se de um fenômeno sustentado por uma cultura patriarcal, construída historicamente, que naturaliza a superioridade masculina e coloca o homem como uma figura dominadora, que dita os papéis sociais da mulher (Lourenço et al., 2014). Enquanto isso, a mulher é percebida como um objeto de dominação e de propriedade. Essa cultura machista é reforçada por dispositivos midiáticos que representam o corpo feminino como um objeto de consumo e submissão, contribuindo para a naturalização da violência contra a mulher e para a perpetuação do feminicídio (Vidi & Teixeira, 2022).

Entretanto, os atravessamentos da objetificação e da violência de gênero não se dão da mesma maneira para todas as mulheres. Raça, gênero e classe social são aspectos que articulam-se diretamente na produção de formas singulares de sofrimento. Deve-se considerar, portanto, que a experiência vivenciada por mulheres negras tem sua especificidade, uma vez que, historicamente, tiveram seus corpos desumanizados, hipersexualizados e vistos como mão de obra barata e objeto sexual (Silva & Silva, 2024). Em vista disso, investigar os impactos do racismo estrutural e a permanência de marcas sociais e históricas produzidas pela escravidão é fundamental para a

compreensão de que tais processos estão articulados à maneira com que mulheres negras vivenciam simultaneamente os efeitos da objetificação de seus corpos e do racismo, produzindo experiências específicas de sofrimento psíquico. Assim, o racismo estrutural fez com que mulheres negras fossem estereotipadas desde o seu nascimento, associadas à disponibilização, a fim de suprir desejos e necessidades sexuais dos homens, deixando-as expostas e vulneráveis a essas situações de cunho sexual.

Contudo, considera-se que a desumanização do feminino não se limita a uma concepção social, histórica e cultural, tampouco ocorre de maneira igual em todas as mulheres. As experiências de violência são atravessadas por questões de raça, classe e sexualidade, sendo intensificadas em casos de mulheres negras, considerando a influência do racismo estrutural em tais vivências. Em vista disso, pretende-se investigar os atravessamentos da objetificação do corpo feminino e da violência de gênero na subjetividade feminina à luz da psicanálise freudiana e kleiniana, utilizando especialmente os conceitos de feminilidade, clivagem, identificação projetiva e posição esquizo-paranóide.

Dessa forma, a proposta é compreender como tais atravessamentos exercem impacto sobre a constituição subjetiva da mulher, ampliando as reflexões sobre os efeitos psíquicos da violência. Além disso, busca-se contribuir para a construção de uma escuta clínica mais ética e sensível frente ao fenômeno.

JUSTIFICATIVA

Em vista dos dados alarmantes que refletem um crescimento significativo das diversas manifestações de violência de gênero no contexto brasileiro, considera-se de extrema relevância pensar tais índices como um problema de saúde pública que deve ser desnaturalizado e deslegitimado, para que mulheres possam deixar de ter seus corpos e seus direitos violados pelo simples fato de serem mulheres.

Segundo Gomes e Diniz (2008), com os avanços construídos pelos movimentos feministas, a partir dos anos 70, as mulheres passaram a questionar os papéis que lhe eram atribuídos e foram, aos poucos, conquistando seus espaços em ambientes que antes eram dominados pela figura masculina, contribuindo para a visibilidade da violência de gênero.

No entanto, como exposto, evidenciam-se, na sociedade contemporânea, números expressivos de casos de violação contra corpos femininos, especialmente corpos pretos. Tal prática é legitimada pelo racismo estrutural, pela objetificação da mulher e pela percepção desse corpo como um

território de invasão e controle, dinâmica que é naturalizada e perpetuada social, histórica e culturalmente.

É importante compreender, ainda, as questões raciais que atravessam o fenômeno da violência contra as mulheres. De acordo com Boehm (2026), mulheres negras são a maioria das vítimas de feminicídio e de outras formas de violência em território brasileiro, o que pode ser articulado aos obstáculos e às desigualdades territoriais que enfrentam no acesso às políticas públicas. Além disso, de acordo com Silva e Silva (2024), entende-se que a hipersexualização histórica do corpo feminino negro está enraizada culturalmente pelo preconceito racial associado à época da escravidão, contribuindo fortemente para a naturalização de práticas violentas contra esses corpos. Em vista disso, é necessário compreender a violência como um fenômeno que não se constitui fora das relações raciais e de gênero, mas que é diretamente afetado por elas.

Diante desse cenário, é necessário analisar os atravessamentos psíquicos e os impactos da violência na subjetividade feminina. Considera-se, neste sentido, que a psicanálise possui conceitos que sustentam uma investigação mais profunda acerca do tema, uma vez que é de extrema relevância pensar tal ciência para além de uma lógica individualizante, mas a partir de um olhar "voltado para as questões sociais, afinal, a construção dos sujeitos, ocorre sobretudo na vida em sociedade" (Faria et al., 2024, p.3).

Portanto, este estudo busca contribuir para uma escuta psicanalítica ética, sensível e responsável às demandas relacionadas a violência de gênero, acolhendo a singularidade das mulheres e construindo o espaço clínico necessário para a emergência de seus desejos e para a reintegração psíquica diante de cenários violentos que anulam a subjetividade e a autoestima (Moraes, 2022). A relevância do estudo também relaciona-se à urgência de ampliar pesquisas que articulam psicanálise, violência de gênero, raça e subjetividade.

OBJETIVOS E PRESSUPOSTO TEÓRICO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender os atravessamentos subjetivos da objetificação do corpo feminino e da violência de gênero sob o viés da psicanálise freudiana e kleiniana, considerando a articulação entre gênero, raça e classe na produção de experiências diferenciadas de violência, especialmente entre mulheres negras. Para tanto, parte-se da compreensão de que a construção social e cultural da feminilidade, marcada por renúncias e submissão, produz efeitos psíquicos significativos na identidade e na constituição da subjetividade feminina. Nessa perspectiva, busca-se analisar de que modo tais processos podem favorecer a

naturalização da violência contra a mulher, sustentada na objetificação dos corpos femininos e culminando no sofrimento psíquico das vítimas.

Como objetivos específicos, pretende-se: discutir a construção histórica, cultural e social da feminilidade; analisar a violência de gênero como um fenômeno estruturante da realidade e articular tais fenômenos à constituição psíquica da mulher, compreendendo os efeitos subjetivos da violência. Também pretende-se considerar os atravessamentos de raça, classe e sexualidade, com atenção às experiências de mulheres negras. Além disso, busca-se refletir sobre a importância da escuta clínica na elaboração dessas experiências, considerando sua dimensão ética e política.

Como pressuposto teórico entende-se que a objetificação do corpo feminino e a violência de gênero não produzem apenas efeitos sociais e físicos, mas também repercussões psíquicas profundas, podendo impactar significativamente a constituição subjetiva da mulher e a forma como ela se relaciona com o mundo, favorecendo sentimentos de desvalorização, culpa, submissão e mecanismos defensivos de cisão, além de contribuir para a naturalização da violência e repetição de vínculos violentos.

METODOLOGIA

Com este estudo, busca-se construir uma compreensão acerca do fenômeno da objetificação dos corpos femininos e da violência de gênero, com foco nos impactos na constituição subjetiva da mulher. Para tanto, utiliza-se o método qualitativo e a revisão narrativa da literatura, de caráter teórico-bibliográfico, orientada pela abordagem psicanalítica freudiana e kleiniana. A escolha por essa abordagem metodológica se justifica pela complexidade do objeto de estudo, que exige uma leitura que contemple tanto sua dimensão histórico-social quanto seus atravessamentos psíquicos, subjetivos e inconscientes. Por se tratar de uma revisão narrativa, sem material clínico empírico, o estudo não pretende analisar casos particulares, mas discutir teoricamente as contribuições da literatura selecionada.

Utilizou-se como fundamentação teórica obras de autores como Sigmund Freud, especialmente Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise (1933); Simone de Beauvoir, considerando a relevância de seus estudos sobre o feminino, em obras como O Segundo Sexo (1967); e Melanie Klein, a partir de obras como A Psicanálise de Crianças (1975), além de outras produções acadêmicas sustentadas por bases científicas sólidas e confiáveis. Para a realização do levantamento bibliográfico, priorizaram-se plataformas como SciELO e Google Acadêmico, de modo a selecionar produções que apresentassem relação direta com o tema proposto e que possibilitassem uma articulação entre psicanálise, feminilidade, raça, objetificação e violência de gênero.

Foram priorizadas produções na língua portuguesa e obras com disponibilidade de texto completo. Também foram utilizados livros e alguns trabalhos acadêmicos considerados relevantes para a fundamentação teórica.

Foram realizadas leituras exploratórias dos materiais, com o objetivo de identificar possíveis articulações entre as ideias centrais e o tema de investigação, e, posteriormente, leituras mais cuidadosas e atentas. Os materiais foram organizados por assuntos fundamentais para a construção da pesquisa, como feminilidade, raça, violência de gênero, objetificação do corpo feminino e subjetividade. A partir desse processo, foi possível articular ideias e estabelecer diálogo entre os autores, comparar suas contribuições, identificar possíveis lacunas interpretativas e constituir as discussões apresentadas no presente trabalho.

Foram priorizadas a utilização de obras recentes, com publicações realizadas entre 2014 e 2026, contudo, sem excluir obras clássicas de autores psicanalíticos como Freud, Klein, e Beauvoir, os quais são considerados fundamentais para a discussão teórica.

As palavras-chaves são: objetificação do corpo feminino, violência de gênero, feminilidade, subjetividade feminina, raça, interseccionalidade e psicanálise.

Neste estudo, a psicanálise é utilizada como referencial teórico para a leitura dos efeitos subjetivos da violência de gênero, não sendo empregada como método de investigação clínica de casos. A revisão narrativa foi realizada por meio da leitura e organização de obras psicanalíticas e de produções científicas relacionadas à feminilidade, objetificação, violência de gênero, raça e subjetividade. Dessa forma, buscou-se estabelecer articulações teóricas entre os autores selecionados, considerando os limites próprios de uma pesquisa sem material clínico empírico.

O procedimento metodológico adotado busca sustentar uma leitura crítica e profunda sobre o fenômeno da objetificação do corpo feminino e da violência de gênero, considerando suas determinações sociais e seus efeitos na subjetividade. Para tanto, buscou-se articulações teóricas que não reduzissem o fenômeno a causas sociais ou a causas estritamente intrapsíquicas, considerando as múltiplas dimensões que atravessam e sustentam a violência contra corpos femininos. Ademais, buscou-se incluir um recorte racial como eixo crítico e complementar de análise, sem a pretensão de esgotar a produção científica sobre racismo, gênero e violência.

Por fim, entende-se que o percurso metodológico adotado alinha-se aos objetivos propostos, pois permite articular as contribuições teóricas encontradas ao longo da pesquisa sem reduzir o fenômeno a uma explicação única ou simplista, mas articulando diferentes pontos de vista e considerando sua complexidade.

REVISÃO DA LITERATURA

A revisão bibliográfica evidenciou a objetificação dos corpos femininos e a violência de gênero como fenômenos atravessados por questões sociais, históricas e culturais que impactam significativamente a constituição psíquica e subjetiva da mulher.

De acordo com Vidi e Teixeira (2022), tais fenômenos são estruturais, visto que, há séculos, mulheres são vistas com desigualdade em relação aos homens. A partir disso, evidencia-se que a sociedade está enraizada em uma estrutura patriarcal e machista, onde a mulher é transformada em um objeto de dominação masculina. Os autores defendem que, apesar dos avanços conquistados pelos movimentos feministas, na contemporaneidade ainda predomina essa cultura conservadora, que é reforçada por instrumentos midiáticos que atribuem à mulher um papel de submissão em relação à figura masculina, transformando-a em um mero objeto de desejo.

Essa desumanização feminina, sustentada pelo machismo estrutural, transforma corpos de mulheres em territórios de disputa de poder e controle. Conforme Silva et al. (2025), a forte influência dos dispositivos midiáticos na objetificação dos corpos femininos se dá principalmente pelo fato de que produzem imagens completamente idealizadas da mulher, especialmente da mulher negra. Além disso, a figura feminina é frequentemente retratada como objeto de desejo, "perpetuando a ideia de que seu valor está intrinsecamente ligado à sua capacidade de atrair atenção masculina" (Silva et al., 2025, p. 4). Tal dinâmica produz concepções reducionistas sobre a mulher, uma vez que sua identidade é reduzida à sua aparência física. De acordo com as autoras, esse culto ao corpo feminino induz a mulher à busca constante por alcançar os padrões estabelecidos, ainda que estes sejam inalcançáveis. Essa pressão constante repercute profundamente na autoestima, autoimagem e, especialmente, na saúde mental da mulher, podendo acarretar quadros de depressão, distúrbios alimentares e intenso sofrimento emocional (Silva et al., 2025).

Com frequência, esses corpos também são utilizados como instrumento de venda, distorcendo a visão sobre a sexualidade da mulher. Em propagandas de cerveja, por exemplo, pode-se encontrar o corpo da mulher exposto de maneira hipersexualizada, a fim de atrair, propositalmente, o olhar e o desejo masculino (Silva et al., 2025). Há ainda a indústria pornográfica, que "leva ao extremo a ideia de coisificação ao explorar o sexo de forma desumana, em que a mulher fica à mercê de todo tipo de violência e humilhações" (Sousa & Sirelli, 2018, p. 337). Dessa forma, ignora-se qualquer saber a respeito de sua dimensão subjetiva, emocional e afetiva.

A objetificação aparece de formas historicamente específicas para mulheres negras. De acordo com Silva e Silva (2024), essas mulheres foram submetidas, durante muito tempo, a condições de vida

desumanas, onde eram frequentemente utilizadas como objetos sexuais, tendo seus corpos abusados e invadidos. Silva (2020) aborda o fetiche como uma erotização de partes do corpo de alguém, cujo objetivo é a satisfação de desejos. De acordo com a autora, "ao analisar a história da mulher negra, observa-se o que na época escravocrata era tido como conduta possível, o da violação do corpo da mulher negra, por ser sujeitada ao seu senhor, hoje, ganha conotações semelhantes" (p. 3). Dessa forma, quando a mulher negra é colocada como um objeto de fetiche, evidencia-se uma herança escravocrata que ainda é perpetuada no imaginário social, podendo manifestar-se na forma de racismo velado. Essa herança colonial e escravista que hipersexualiza o corpo negro articula-se diretamente à violência, uma vez que ao colocar um corpo a nível de objeto, torna-se mais fácil naturalizar práticas de violação contra ele, pois este passa a ser visto como algo desprovido de qualquer traço subjetivo.

Esta objetificação dos corpos, que reduz a mulher a um objeto de domínio e propriedade masculina, relaciona-se diretamente ao aumento dos índices de violência contra a mulher, acentuando, especialmente, práticas de feminicídio (Vidi & Teixeira, 2022). Além disso, a erotização do corpo feminino está diretamente associada a naturalização da violência sexual. Conforme explica Silva et al. (2025), quando o corpo é reduzido a objeto, e, consequentemente, sexualizado, cria-se um ambiente onde violações são justificáveis ou encaradas como algo natural.

Na mesma direção da naturalização da violência, surge a culpabilização da vítima, que, de acordo com Oliveira e Resende (2020), em casos de violência sexual, refere-se "a atribuição a ela da responsabilidade, total ou parcial, pela violação sofrida, devido a sua roupa, ambiente que frequentava no momento e vários outros fatores" (p. 93). As autoras argumentam ainda que, em decorrência de tal visão, em 1970, surgiu o termo "cultura do estupro", que consiste em um conjunto de normas de comportamentos, utilizadas como critérios que culpabilizam a vítima pela violação sofrida. O termo foi cunhado especialmente devido aos números expressivos de casos de estupro, ao mesmo tempo em que tais números eram "justificados" por comportamentos femininos que desviavam do que era considerado normal, numa dinâmica onde a sociedade questionava a postura da vítima e não a do agressor.

Vale ressaltar que a violência contra a mulher não se limita a agressões físicas, mas refere-se a "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (Brasil, 1996, art. 1).

Simone de Beauvoir (1967) resgata a construção histórica da feminilidade, enfatizando que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". A autora evidencia que a concepção do feminino não está ligada a componentes meramente psíquicos ou biológicos, mas sim a processos civilizatórios e

educacionais. Tais processos induzem a menina, desde a infância, a reprimir seus movimentos espontâneos e a tornarem-se objetos de sedução, transformando-se em "bonecas vivas" que devem esforçar-se para obter o olhar do outro e agradá-lo, inscrevendo-se em um território de submissão (Beauvoir, 1967).

De acordo com a autora, meninos e meninas são educados de maneiras distintas: ao atingir certa idade, os comportamentos afetivos dos meninos vão, aos poucos, sendo proibidos, enquanto as meninas continuam sendo encorajadas a serem dependentes e passivas. Meninos são ensinados a encontrar em seu próprio corpo a possibilidade de domínio sobre o mundo e são incentivados a aprender brincadeiras violentas, onde podem utilizar sua força, ação e ousadia, enquanto meninas são proibidas de agir da mesma forma sob uma ideia de fragilidade e decência, construídas socialmente, e, portanto, são induzidas à repetição e à imanência. Esse processo induz a mulher a renunciar à sua autonomia e à sua espontaneidade, e, além disso, produz um círculo vicioso, pois "quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará "afirmar-se como sujeito" (Beauvoir, 1967, p. 22).

Desde a infância, a mulher é associada à passividade e ensinada a agradar ao outro, favorecendo a objetificação do corpo feminino. Da mesma forma, com a internalização de normas de conduta de caráter machista, as mudanças naturais, corporais e mentais, passam a ser vistas de forma vergonhosa, intensificando sentimentos de insegurança e "perpetuando um ciclo de submissão e conformidade às expectativas sociais que limitam seu potencial e autoconfiança" (Silva et al., 2025, p. 3). Nesse sentido, a mulher passa a ver seu próprio corpo de forma distorcida, acreditando que a função deste é satisfazer o outro. Portanto, qualquer desejo que fuja das normas, torna-se motivo de vergonha ou culpa.

Ademais, Carvalho e Ornellas (2025) argumentam que a subjetividade feminina é atravessada por ideais de perfeição estabelecidos culturalmente, os quais influenciam diretamente a relação da mulher com seu próprio corpo. O caminho para alcançar tais referenciais impostos socialmente exige uma renúncia da mulher ao seu próprio bem-estar e conforto, num movimento onde é "convocada a se projetar em fantasias de um corpo idealizado, produtor de realizações e conquistas, mas também, paradoxalmente, de aprisionamentos subjetivos" (Carvalho & Ornellas, 2025, p. 3).

Diante desse cenário, faz-se urgente pensar a psicanálise para além de uma lógica individualizante, debruçando-se também na compreensão das questões sócio-culturais que atravessam as subjetividades (Faria et al., 2024).

De acordo com Mandelbaum et al. (2016), o mundo interno do sujeito não pode ser analisado separadamente do contexto histórico em que este está inserido. No entanto, a autora argumenta que

a psicanálise, “ao longo de sua construção de mais de um século, relativizou os acontecimentos do real em prol da pulsionalidade de cada um de nós e dos outros em nós e para nós, na produção dos transtornos” (Mandelbaum et al., 2016, p. 425). Deste modo, muitos psicanalistas debruçaram-se, durante muito tempo, na compreensão dos fenômenos psíquicos e nas fantasias inconscientes em detrimento aos acontecimentos externos. Em vista disso, evidencia-se a urgência de construir um diálogo entre a psicanálise e a dimensão histórica e cultural dos fenômenos de violência, considerando que, ao reduzir o fenômeno a uma causa intrapsíquica, limitamos também as possibilidades de intervenções.

Ainda que o presente estudo tenha como principal objetivo construir uma compreensão acerca dos atravessamentos subjetivos do fenômeno, é preciso considerar que as manifestações de violência contra a mulher não são reduzidas a mecanismos inconscientes ou fantasias sexuais. Elas são atravessadas por um contexto sociocultural que define, de forma hegemônica, parâmetros de feminilidade e masculinidade que perpetuam e legitimam tais situações. Sob essa perspectiva, considera-se que se “o(a) psicanalista não reconhece a violência de fato sofrida e que urge ser abolida, pondo tudo na conta do psiquismo, da fantasia, ele(a) pode também estar sendo violento(a)” (Mandelbaum et al., 2016, p. 425).

Isso também implica reconhecer os impactos das experiências de racismo, hipersexualização e desumanização da mulher negra. Tais aspectos não devem ser analisados apenas sob uma ótica individualista ou intrapsíquica, mas como parte de uma estrutura social, histórica e racial que deve ser considerada na clínica psicanalítica. De acordo com Mariosa et al. (2024), “diversas formas de violações e negligências sofridas pelas mulheres negras desde os primórdios do sistema escravista até a atualidade, proporcionam o desenvolvimento de muitas formas de adoecimento e prejuízo a sua saúde mental” (p. 480). Portanto, a escuta clínica precisa reconhecer não só a experiência da violência de gênero, mas também sua articulação com o racismo, entendendo-o como uma experiência real e traumática. A clínica deve acolher os efeitos singulares dessas experiências sem reduzi-las a fantasias intrapsíquicas, reconhecendo que o sofrimento decorre também de condições sociais concretas de desumanização, discriminação e violência.

A leitura freudiana evidencia que a feminilidade foi historicamente construída a partir de uma referência masculina, associando o desenvolvimento feminino à passagem da atividade à passividade. Nas palavras de Freud, a menina seria: “menos agressiva, teimosa e autossuficiente; parece ter mais necessidade de que lhe demonstrem carinho, daí ser mais dócil e dependente” (Freud, 1933, p. 270). Tais formulações consideraram que as consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre meninos e meninas eram centralizadas no órgão masculino, “[...]

colocando o desenvolvimento sexual da menina atrelado a uma posição inicial masculina" (Jacob, 2026, p. 56).

A partir de concepções anatômicas, estabelece um vínculo entre o masculino e a atividade, e o feminino, por sua vez, à passividade como destino. Jacob (2026) argumenta que tal associação, sendo uma construção histórica e falocêntrica, contribui para a legitimação de concepções heteronormativas que reforçam a opressão à figura feminina. De acordo com a autora, este discurso, que inscreve a mulher em um lugar de passividade, aparece como uma reprodução do discurso dominante, atravessado pela cultura patriarcal-capitalista que continua produzindo uma ideia opressora de "natureza feminina".

De acordo com Kehl (2008), na leitura freudiana, a feminilidade é organizada em torno do imaginário da falta, onde a menina, ao perceber que não possui um órgão sexual como o do menino, ou seja, ao deparar-se com a ausência do falo, passa a desenvolver a "inveja do pênis", levando-a a um sentimento de inferioridade em relação ao outro sexo.

Na formulação freudiana, diante dessa ferida narcísica do complexo de castração, a maternidade e o investimento da mulher em sua própria aparência seria uma forma de compensar simbolicamente a ausência anatômica (Kehl, 2008). Essa narrativa, construída historicamente, reforça a percepção do corpo feminino como um objeto, que, conforme descrito por Beauvoir (1967), coloca a mulher em uma posição de renúncia à sua própria espontaneidade para tornar-se um corpo submisso aos desejos masculinos.

A associação do feminino à passividade pode ser articulada à perspectiva freudiana de que há uma predisposição constitucional da mulher, que, impulsionada socialmente, a induz à supressão de sua agressividade. Tal repressão faria com que estes impulsos agressivos fossem voltados para dentro, favorecendo o desenvolvimento do masoquismo, que, para Freud, é um traço naturalmente atribuído à feminilidade (Freud, 1933). Essa concepção também permite pensar que a agressividade e a dor voltadas para o próprio sujeito, podem favorecer a repetição de vínculos marcados pela submissão e pela naturalização da violência. Contudo, tais formulações devem ser lidas criticamente, uma vez que podem reproduzir a naturalização da passividade feminina quando apresentadas como aspectos constitucionais.

Dessa forma, historicamente, a feminilidade passa a ser associada à passividade, à renúncia e à posição de submissão em relação ao outro, especialmente à figura masculina, o que contribui para a compreensão de como a violência de gênero passa a ser naturalizada, legitimada e perpetuada. Neste contexto, para a construção de uma leitura psicanalítica mais aprofundada acerca dos efeitos subjetivos desse fenômeno em mulheres, o estudo utiliza-se de alguns conceitos kleinianos.

Ao abordar o tema da feminilidade, Klein inverte a lógica freudiana falocêntrica que situa a feminilidade em um território marcado pela falta. Para Klein, o desejo não giraria apenas em torno de ter um falo, mas atravessaria a relação com o corpo materno e sua potência criadora. A descoberta central, nessa perspectiva, não se debruçaria sobre a ausência do pênis, mas sobre o potencial criativo interno da mãe (Klein, 1975).

Na leitura kleiniana, a vida mental primitiva é atravessada por ansiedades persecutórias intensas, especialmente no que diz respeito à relação primitiva do bebê com o seio materno. Frente a esse sentimento de perseguição, o ego se divide, mobilizando mecanismos de defesa arcaicos, especialmente a clivagem e a projeção. A posição esquizo-paranóide é marcada justamente por essa divisão e pela necessidade de se proteger de partes internas sentidas como intoleráveis, em um funcionamento primitivo onde o ego é fragmentado e o objeto é dividido em partes boas e partes más, culminando no sentimento de perseguição e no medo de aniquilação pelas partes más (Segal, 1975). Em situações de violência, podem ser mobilizadas formas de funcionamento arcaicas, como angústias primitivas de aniquilação, favorecendo a desorganização psíquica. Tais maneiras de funcionamento "tendem a cristalizar-se, uma vez que a própria situação de violência é recorrente, produzindo nas vítimas o temor angustiante de sua repetição e tornando-as presas a permanentes vigilâncias e apreensões" (Mandelbaum et al., 2016, p. 426).

Dessa forma, de acordo com a leitura kleiniana, a experiência da violência pode mobilizar mecanismos defensivos de cisão e produzir intensa desorganização psíquica. Contudo, essa formulação não deve ser compreendida como uma fixação interna da vítima na posição esquizo-paranóide. Trata-se de uma resposta aos efeitos de uma experiência traumática real, especialmente quando a violência é recorrente e mobiliza medo, vigilância e apreensão permanentes. Dessa forma, a clivagem e a desorganização do ego devem ser compreendidas como efeitos possíveis da violência sofrida, e não como causa da permanência da vítima na relação violenta (Mandelbaum et al., 2016).

Na perspectiva clínica, trabalhar movimentos de integração significa mobilizar um trabalho psíquico que permite o reconhecimento da violência vivenciada e de seu caráter devastador, rompendo com os silenciamentos e compreendendo os mecanismos sociais e culturais que a atravessam. O movimento de integração não está ligado à compreensão do agressor, mas ao sentido de devolver autonomia à vítima, favorecendo a elaboração e permitindo formas mais saudáveis de relações. Portanto, segundo Mandelbaum et al. (2016), na clínica psicanalítica, a violência deve ser trabalhada como um acontecimento real e que não deveria ter ocorrido, validando a dor do sujeito e rompendo com os silenciamentos.

A identificação projetiva envolve a projeção de aspectos indesejáveis do self sobre um objeto, a fim de se livrar de tais aspectos ou destruir o objeto (Segal, 1975). Dessa forma, aquilo que era parte de si passa a ser visto como parte do objeto externo, que pode ser percebido como persecutório. No que diz respeito à violência, de acordo com Almeida (2025), a identificação projetiva pode ocupar um lugar de "regulação psíquica", em que o ataque ao objeto seria uma forma de destruí-lo, visto que nele se encontram partes daquilo que não pode ser tolerado e reconhecido em si. Nesse cenário, esse mecanismo pode contribuir para a compreensão da dinâmica do agressor, que reduz o outro a um lugar de receptáculo de afetos, culpas e agressividades. O autor evidencia que "ao obrigar o outro a encarnar o que é excindido, o agressor se sente autorizado a puni-lo, como se estivesse apenas 'se defendendo' de uma ameaça" (Almeida, 2025, p. 139). Portanto, a identificação projetiva é apresentada, neste estudo, como uma dinâmica relacionada ao funcionamento do agressor, e não como uma característica ou responsabilidade da vítima.

Ao articular essa formulação às questões raciais, é possível compreender que determinados corpos são socialmente construídos como mais disponíveis à invasão e ao controle, uma vez que também são atravessados por estereótipos que se sustentam por representações racistas e sexistas do corpo feminino negro.

A posição depressiva envolve a capacidade de reparação e integração das partes fragmentadas do objeto (Segal, 1975). Considerando a violência como um fenômeno persecutório e desorganizador, que pode ativar defesas arcaicas intensas, a integração psíquica pode ser compreendida como uma possibilidade de elaboração dos efeitos traumáticos da violência. Essa elaboração não ocorre de forma linear nem depende exclusivamente de recursos internos da vítima, mas exige condições clínicas e sociais de proteção, acolhimento e reconhecimento da violência sofrida. Dessa forma, busca-se favorecer a recuperação da autonomia e a construção de relações futuras mais saudáveis, sem responsabilizar a vítima por sua permanência ou por suas dificuldades de elaboração.

Contudo, a psicanálise não deve reconhecer a violência como um fenômeno exclusivamente intrapsíquico. Nesse sentido, a articulação entre mundo interno e mundo externo não deve apagar as condições materiais da violência nem transformar o racismo e a desigualdade de gênero em fantasias. Como destacam Mandelbaum et al. (2016), "as fronteiras entre o interno e o externo são, senão abolidas, mais fusionadas" (p. 427). Essa articulação permite compreender os efeitos subjetivos da violência sem desconsiderar sua dimensão histórica, social e política.

Diante desse cenário, destaca-se a importância da escuta clínica às vítimas de violência de gênero pautada no compromisso ético, social e político da psicologia frente a situações de violação de direitos, atuando na preservação da dignidade, da integridade e da subjetividade da pessoa humana,

combatendo qualquer forma de violência e opressão, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2005). Conforme sentencia Sousa e Sirelli (2018):

> Ter conhecimento das relações de exploração e opressão não é suficiente para que os homens abram mão dos privilégios reproduzidos historicamente. É preciso um limite. Romper com relações e preconceitos tão arraigados é impossível individualmente, pois mesmo que homens e mulheres questionem esses papéis e lugares sociais, há toda uma estrutura material reafirmando esse lugar. (p. 342)

Sob essa ótica, conforme argumenta Timm et al. (2011), na prática psicológica é necessária uma análise dessa estrutura, o que implica em reconhecer os impactos da cultura patriarcal na produção de identidades, na produção de sintomas e na repetição de vínculos violentos. Nesse sentido, a prática clínica deve contar com uma elaboração crítica sobre o pensamento patriarcal, compreendendo que as experiências subjetivas vivenciadas por mulheres têm forte influência de um contexto muito mais amplo. Apenas dessa forma surgem possibilidades reais de mudança. Da mesma forma, deve-se valorizar o comprometimento do profissional frente ao problema, rompendo com a ideia de neutralidade, que, muitas vezes, se torna mais uma forma de negligência.

Pensar a clínica diante da violência de gênero, "não se limita a aliviar sintomas nem pretende curar o mal-estar social, frequentemente marcado pela banalidade do mal; posiciona-se, antes, como espaço ético em que se pode escutar o indizível [...]" (Brito et al., 2025, p. 17). Portanto, deve romper com silenciamentos e preservar a subjetividade dos sujeitos, sem individualizar um mal-estar que é profundamente enraizado em estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender os atravessamentos subjetivos da objetificação do corpo feminino e da violência de gênero à luz da psicanálise freudiana e kleiniana. A revisão teórico-bibliográfica permitiu compreender a objetificação como um fenômeno estrutural, com raízes históricas, sociais e políticas que sustentam e naturalizam essas práticas. Permitiu ainda identificar de que forma o fenômeno é sustentado pela reprodução da cultura patriarcal e por dispositivos midiáticos que reduzem a mulher em objeto de desejo, controle e dominação masculina, legitimando as mais extremas formas de violência contra os corpos femininos.

As contribuições de Simone de Beauvoir resgatam o processo cultural que atravessa o "tornar-se mulher", concebido pela autora como algo que não está ligado apenas ao biológico, mas a um processo civilizatório e educacional que inscreve a figura feminina em um território de passividade, dependência e submissão. A leitura crítica freudiana evidenciou como algumas concepções teóricas de feminilidade, como a castração, a inveja do pênis e a associação entre masculino/ativo e feminino/passivo, se articulam com narrativas sociais que reproduzem discursos patriarcais, contribuindo para a submissão feminina e a repetição de vínculos violentos. A teoria kleiniana, por sua vez, contribuiu de maneira significativa na análise dos mecanismos arcaicos que atravessam a vivência da violência, destacando a possibilidade de reparação e integração psíquica.

A revisão teórico-bibliográfica sustenta o pressuposto teórico de que a objetificação e a violência de gênero produzem atravessamentos psíquicos profundos, evidenciando a complexidade das relações envolvidas na violência de gênero. A psicanálise apresenta-se, nesse cenário, como um instrumento valioso para pensar as dimensões inconscientes desses fenômenos, ao mesmo tempo em que estabelece um diálogo com a dimensão social e política, evitando reducionismos da violência enquanto fenômeno explicado por causas intrapsíquicas que contribuem para sua naturalização.

Ressalta-se a urgência de construir caminhos de elaboração e de escuta sensível às mulheres vítimas de violência de gênero, a partir de um olhar ético que reconheça a violência como um fenômeno real e estruturante da realidade, rompendo com a revitimização e reconhecendo a importância de oferecer um espaço de integração e possibilidades de simbolização às mulheres, considerando o comprometimento ético, social e político com a preservação das subjetividades.

Como limite, por se tratar de uma revisão narrativa e teórico-bibliográfica, o presente estudo não permite afirmar a frequência ou a forma de manifestação dos efeitos psíquicos discutidos em mulheres específicas. As articulações conceituais apresentadas constituem possibilidades de interpretação teórica e não substituem pesquisas clínicas e qualitativas.

Nesta perspectiva, possíveis caminhos futuros de pesquisa incluem o aprofundamento de estudos clínicos que analisem a manifestação de mecanismos freudianos e kleinianos na escuta de mulheres vítimas; a análise dos impactos dos dispositivos midiáticos que reproduzem e naturalizam a objetificação dos corpos na subjetividade feminina; e o desenvolvimento de pesquisas aprofundadas em experiências de mulheres negras, considerando os atravessamentos de gênero, raça, classe e sexualidade. Embora o presente estudo inclua um recorte racial acerca do corpo feminino, reconhece-se que a complexidade do racismo e de seus efeitos subjetivos exige investigações específicas, considerando os impactos do racismo na objetificação do corpo feminino e na violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Um estudo sobre a violência contra pessoas trans na perspectiva de Melanie Klein. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 59, n. 4, p. 129–142, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.69904/0486-641x.v59n4.10.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: A experiência vivida. Tradução de T. Bastos. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2. (Obra original publicada em 1949).

BOEHM, Camila. **Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio no país**. Agência Brasil, São Paulo, 4 mar. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-no-pais.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://planalto.gov.br.

BRITO, A. C. C. *et al*. Violência de gênero contra a mulher: Quando o ódio se volta ao feminino. **REDFOCO**, Pau dos Ferros, v. 12, n. 2, p. 3–19, 2025. DOI: 10.59776/2358-243X.2025.7512. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RDF/article/view/7512.

CARVALHO, R. D. C. C.; ORNELLAS, M. D. L. S. Mulher em fragmentos: Narrativas de corpo e subjetividade na psicanálise. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 12, p. e21024–e21024, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.54033/cadpedv22n12-286.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: http://cfp.org.br/.

DA SILVA, T. B. R. Mulher negra: seu corpo como símbolo sexual. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, Recife, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/531.

FARIA, J. N.; SILVA, L. S. V.; CONTADINI, V. A. A. **Feminicídio**: A psicanálise e as políticas públicas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Contagem, Contagem, 2024. Disponível em: https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/811ffce4-8eff-40fa-a5a1-06b32adf522d/content.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Retrato dos feminicídios no Brasil**: 2006-2026. São Paulo: FBSP, mar. 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/03/nota-tecnica-dia-mulher-2026.pdf.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: *2025*. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930–1936)**. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18. (Trabalhos originais publicados em 1930–1936).

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F. Homens desvelando as formas da violência conjugal. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 262–267, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000200005.

JACOB, A. R. **O feminino destinado ao passivo**: a crítica feminista e a clínica psicanalítica. 2026. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.56073/bfp.v33i1.143.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KLEIN, M. **A psicanálise da criança**. Tradução de L. P. Chaves. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Trabalho original publicado em 1932).

LOURENÇO, A. C. S.; ARTEMENKO, N. P.; BRAGAGLIA, A. P. A "objetificação" feminina na publicidade: Uma discussão sob a ótica dos estereótipos. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 19., 2014, Vila Velha. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2014.

MANDELBAUM, B.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 422-430, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902016145768.

MORAES, M. H. **Reflexões sobre a escuta psicológica no atendimento de mulheres vítimas de violência**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3393.

MARIOSA, G. S.; RONZANI, L. G.; OLIVEIRA, L. M.; MAIA, F. M. S. Impactos psicossociais do racismo na saúde mental de mulheres negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 469-492, 2024. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1609.

OLIVEIRA, H. K. S. de; RESENDE, G. S. L. de. Violência sexual: uma análise social da cultura do estupro. **Perspectivas em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 81-110, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9329.

SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Tradução de J. C. Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SILVA, D. A.; SANTOS, K. M. E.; SOARES, J. J. A influência do machismo em consequência da erotização do corpo feminino. **Repositório Institucional**, v. 3, n. 2, 2025. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/6554.

SILVA, G. V. B. e; SILVA, D. A. da. **A objetificação de corpos negros femininos no Brasil e os impactos na saúde mental**. Revista Científica REMAS - Revista Mato Grossense de Saúde, Cuiabá, v. 1, p. 128-141, jun. 2024.

SOUSA, M. D. O. D.; SIRELLI, P. M. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 326-345, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.144.

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso.

VIDI, T. S.; TEIXEIRA, P. G. I. A mulher como objeto de consumo: Uma análise da relação da objetificação feminina com os indicativos de feminicídio no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 28, n. 2, p. 14–14, 2022. Disponível em: https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/1144.

Autores/as

Maria Vitoria Camargo Domingues

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Faculdades Integradas de Ourinhos - UNIFIO.

E-mail: mariavitoriacamargodomingues@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3756935260224015

Gabriella Proença de Souza

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Faculdades Integradas de Ourinhos - UNIFIO.

E-mail: proencagabriella333@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0040101799137873

Fábio Sagula de Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Assis/SP (2003). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP na área de Infância e Realidade brasileira, tendo estudado a maneira como as crianças percebem os conteúdos televisivos (2006). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2016); participou (2015) da Visita Técnica pela UNESP -Marília/SP na Universidade Cergy - Pontoise École

Supéricure du Professorat et de L'êducation (ESPE) - na França. Assim como possui Pós-doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2018). Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica (2009) pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília UNIVEM, estudado sobre O Conceito de Ganho Secundário na Obra de Freud.Aperfeiçoamento em Atendimento a Família e Redes Sociais (2009) pelo Familiae, assim como em Psicoterapia Breve pelo Ampliatta - Instituto de Educação em Psicologia e Saúde - Bauru/SP (2017), Também é docente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Ourinhos, foi Coordenador do curso de Psicologia da mesma instituição do ano de 2018 a 2021. É supervisor de estágio clínico, responsável técnico e orienta trabalhos de conclusão de curso da mesma instituição.

E-mail: fsagula@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0576058251032415